**TESES DO MOVIMENTO LUTA DE CLASSES AO XXVII CONGRESSO DA APEOESP**

Este documento é uma colaboração coletiva dos militantes do MLC, seja na direção de sindicatos, oposições e núcleos de base. Os textos e formulações seguem abertos às atualizações necessárias dada a dinâmica social do sistema capitalista em que estamos inseridos, bem como as lutas e reivindicações impostas da categoria dos professores.

Consideramos motivo de grande honra apresentar nossas ideias diante de uma entidade de tamanha importância na luta histórica de nossa classe trabalhadora brasileira. Para o MLC, os sindicatos são instrumentos de organização dos interesses atuais e futuros da classe trabalhadora nos quais exercemos nossa construção coletiva e ensaiamos a sociedade na qual projetamos o fim da exploração de classe e, portanto, homens e mulheres livres.

**1.** **CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL**

O ano de 2023 chega à metade confirmando a tendência à queda das taxas de crescimento e estagnação econômica a nível mundial. Devido principalmente, mas não só, ao alto custo da energia, à dificuldade na oferta de semicondutores, ampliada pela tensão EUA-China-Taiwan, e à guerra na Ucrânia, que impacta preços de alimentos e energia. (*Relatório Fundo Monetário Internacional, 13/11/2022*).

Isso se percebe mesmo após um breve período de recuperação em 2022, devido à retomada da demanda produtiva e de consumo represada na pandemia de COVID-19, ainda que este crescimento tenha ocorrido com grandes taxas de inflação dos preços, em especial nos itens de consumo da classe trabalhadora.

Mas existe um fator de longa data que impacta o ciclo econômico atual. Trata-se das mudanças estruturantes na produção capitalista internacional e no mundo do trabalho, o avanço de tecnologias da informação e da microeletrônica nas áreas de indústria e serviços, que são utilizadas pelo Grande Capital para impor redução na remuneração dos trabalhadores e aumento da jornada de trabalho a nível internacional. Este fato redundou em ondas de demissões e ampliação de um já imenso contingente de pessoas sem emprego e com a incerteza cotidiana da remuneração necessária para sobreviver. Um exemplo recente é o das Big Techs, grandes empresas de tecnologia que cresceram exponencialmente na pandemia e pareciam inalcançáveis frente a uma crise, e que realizaram mais de 60 mil demissões em todo o mundo, entre novembro/2022 e março/2023.

Conforme demonstram os estudos seculares de Karl Marx em O Capital: 1) nas relações entre capital e trabalho, lucros e salários ficam na razão inversa um do outro; e 2) o desemprego é um instrumento do capital para pressionar o rebaixamento geral dos salários. Fato agora também registrado nas chamadas empresas do futuro.

A imensa concentração (capital gerado na produção de novos capitais) e a centralização (fusões, aquisições e a realocação de capitais) internacional nos países imperialistas faz a burguesia internacional alocar grande parte do capital no setor financeiro, priorizando a especulação. Somado ao quadro exposto acima, vemos o quadro de extrema desigualdade no qual vive a humanidade, diretamente relacionado ao vertiginoso crescimento de fome e miséria mundial.

Não é por acaso que o 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020, cerca de US$ 42 trilhões, seis vezes mais dinheiro que 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. Na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de metade de toda riqueza criada. (Oxfam).

Esta situação tem origem no poder econômico da burguesia a nível internacional, mas a principal sustentação é o poder político e estatal desta classe na sociedade. Passados mais de 30 anos desde o fim da primeira experiência em grande escala de sociedade dirigida por trabalhadoras e trabalhadores, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os países imperialistas implementaram com força total a política econômica neoliberal pregada pelos “especialistas técnicos burgueses”, pois não tinham a frente um adversário à altura para resistir ao movimento da chamada Nova Ordem Mundial.

O resultado foi a onda de privatizações dos patrimônios públicos e estratégicos, mais ainda em países dependentes como o Brasil. Direitos sociais foram atacados ou entregues à “livre iniciativa de mercado”, reforçando uma tragédia social que teve um salto significativo com a crise econômica de 2008 nos EUA e Europa.

Um aspecto fundamental da crise do capital é que ela tem fortes impactos ambientais. O maior exemplo foi a calamidade social vivida a partir de 2020 com a pandemia de COVID-19, na qual os impactos ambientais da exploração capitalista e governos a serviço do lucro e privilégios de poucos impuseram um genocídio a nível internacional.

Além da superexploração do trabalho, miséria crescente e destruição ambiental, o capitalismo busca solucionar suas crises com guerras. Iniciamos 2023 com a notícia de que EUA, Alemanha e Inglaterra ampliam os arsenais de armas, soldados e blindados para a guerra entre Rússia e Ucrânia. A manutenção deste conflito atende a interesses das elites econômicas destes países, com a ampliação de venda de armas e domínio sobre matérias primas estratégicas, a campanha contra a continuidade da guerra é dever internacional da classe trabalhadora.

**Somente o Socialismo pode derrotar definitivamente o Fascismo**

O cenário de crise econômica e social leva as grandes massas de trabalhadores e setores médios a indignação e revolta social, pela piora de suas condições de vida. As lutas se intensificam, o espaço para propostas de ruptura ou reformas cresce. A história do capitalismo nos séculos XX e XXI mostra que, nestes momentos, alternativas revolucionárias de sociedade, com a direção dos explorados e oprimidos, conseguem crescer ou serem vitoriosas na sociedade.

Não é por acaso que a crise iniciada em 2008 gerou fortes mobilizações a nível internacional, como o movimento Ocupe Wall Street, greves internacionais e levantes. A expressão disso no Brasil foram as jornadas de junho de 2013 contra o aumento das passagens, custo de vida e em repúdio a violência policial. Porém, quando uma alternativa popular não se consolida numa revolta, pode-se então abrir espaço para o Fascismo, que é a Ditadura Terrorista do Capital Financeiro, um instrumento da Burguesia para manter seu poder. Aproveitando-se da crise e temor social generalizado, o regime capitalista usa do senso comum permeado de preconceitos e de relações sociais atrasadas para capturar parte da revolta de setores da população. Ao mesmo tempo, implementar uma política de ataque às liberdades democráticas e à organização popular. (*Ler: Unidade Operária contra o Fascismo – George Dimitrov - 1935*).

Na última década, vimos no mundo a ascensão de governos, golpes, movimentos e lideranças fascistas na esteira da decepção popular e da revolta contra a crise, alimentados por racismo, xenofobia, machismo, fundamentalismo religioso, negacionismo científico e disseminação de mentiras. Tudo isso serviu para que a burguesia retirasse as contradições essenciais do sistema do foco das discussões sociais, desmobilizando a luta social da classe trabalhadora.

Frente a isso, o movimento popular e democrático em todo o mundo segue reagindo em luta, como pode ser visto na histórica derrota de Trump nos EUA (2020), com o protagonismo do movimento negro nas ruas. Ou ainda, nas recentes mobilizações de milhões no Chile, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia contra o fascismo e o neoliberalismo, que resultaram em vitórias eleitorais de candidaturas progressistas. E também na eleição de Lula e derrota do fascista Bolsonaro em 2022, fruto de um amplo movimento de massas. O Movimento Luta de Classes compreende que enquanto persistir o Capitalismo segue vivo o Fascismo. Como mostra a história, foi o socialismo da URSS o principal responsável pelo fim do Nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Outras experiências históricas evidenciam que a luta socialista pela superação do capitalismo, a nível internacional, é o caminho para derrotar o fascismo. Por sua vez, os avanços tecnológicos e produtivos demonstram a possibilidade concreta de que o ser humano trabalhe menos tempo e produza mais e que todas e todos possam ter trabalho. Além disso, existe alimento suficiente no mundo para que não se passe fome, casas suficientes para que não se viva nas ruas. Ou seja, as condições estão dadas para um regime sem desigualdades sociais.

Mas não nos basta a constatação, somente a ação consciente do povo trabalhador pode mudar a realidade. Neste sentido o movimento sindical está no centro da construção da revolução social, pois vive a contradição Capital X Trabalho, a chamada Luta de Classes, logo devemos avançar na luta por conquistas e direitos, em um processo que eduque politicamente gerações de nossa classe demonstrando os limites do sistema em que vivemos e apresentando a real possibilidade de construção do socialismo.

**Vitória eleitoral popular e mobilização nas Ruas no Brasil**

O povo trabalhador brasileiro elegeu Lula, impondo uma grande derrota nas urnas ao governo fascista e negacionista de Jair Bolsonaro. Mesmo com apoio de grandes empresários, de militares traidores da Constituição, do “Centrão” e o uso criminoso da máquina pública, com gastos às vésperas da eleição (foram mais R$140 bilhões em benefícios com data limite de 2022) o governo anti-povo não conseguiu a reeleição, fato inédito na história do país.

Contribuiu decisivamente para esta vitória um amplo movimento de massas pela democracia e por direitos sociais, em uma grande jornada de atos e campanha de rua durante o segundo turno, mas principalmente, o acúmulo de lutas heróicas como o Tsunami da Educação (2019), a mobilização contra a Reforma da Previdência (2019), as jornadas de 2020, manifestações de 2021 (iniciada pela articulação Povo na Rua Fora Bolsonaro) contra a política de governo diante da pandemia, inúmeras greves, como na área da enfermagem pelo piso salarial ou dos trabalhadores de aplicativo por direitos.

No primeiro turno de 2022 a candidatura de esquerda de Leonardo Péricles, da Unidade Popular, apresentou o programa histórico de nossa classe, trazendo pautas como auditoria da Dívida Pública, reforma agrária, estatização dos setores estratégicos, e infundiu o espírito de campanha de rua em importantes setores da classe. Trazendo para o debate eleitoral um contraponto em um terreno dominado pela política mais ou menos liberal.

No segundo turno, a maioria do povo trabalhador comparou suas condições de vida e luta durante os governos de antes do golpe de 2016 (gestões Lula e Dilma) e a gestão do fascista em 2022. O resultado foi a grande votação de Lula com 60 milhões de brasileiros afirmando a rejeição ao fascismo. O povo organizado resiste aos golpistas. O dia 01 de janeiro de 2023 entrou para a história com um grande ato em defesa da democracia brasileira, 500 mil pessoas estiveram em Brasília para celebrar a posse de Lula e a derrota eleitoral do fascismo.

**O povo organizado resiste aos golpistas.**

O dia 01 de janeiro de 2023 entrou para a história com um grande ato em defesa da democracia brasileira, 500 mil pessoas estiveram em Brasília para celebrar a posse de Lula e a derrota eleitoral do fascismo. A APEOESP corretamente se mobilizou para este importante evento que serviu a luta contra o golpismo.

Inconformados com o resultado das urnas, golpistas financiados por grandes empresários, bloquearam estradas, acamparam em frente a quartéis e promoveram atos antidemocráticos desde o final de 2022. No dia 08 de janeiro uma tentativa de golpe foi executada no país. Grupos bolsonaristas fascistas se deslocaram ao Distrito Federal em caravanas financiadas por empresários do agronegócio, grandes transportadoras e políticos de extrema direita. Houve franca conivência do Governo do DF, sinalizado pelas exonerações no comando da segurança pública na semana anterior e pela ausência premeditada do Secretário de Segurança em um dia que sabidamente contaria com forte contingente de bolsonaristas golpistas em Brasília. Anderson Torres, ex-ministro de Bolsonaro, é um agitador golpista de longa data, não por acaso no dia 12 de janeiro, uma operação da Polícia Federal encontrou minuta de decreto para tentar legitimar o golpe.

A conspiração golpista possivelmente contou com oficiais do alto-comando das Forças Armadas. Infiltrados nos órgãos de inteligência como GSI, Abin ou agindo diretamente de suas posições de comando das Forças, estes oficiais atuam contra a constituição em nome de garantir seus privilégios e impedir a culpabilização por seus crimes e de seus governantes do executivo.

O vandalismo dos fascistas em Brasília é estimado em mais de R$122 milhões e tinha o objetivo de estimular uma insurreição pró-ditadura fascista em todo país. Em suas redes sociais, Bolsonaro tirava sarro da democracia, relativizando o maior atentado às instituições democráticas desde o próprio golpe de 1964.

Ainda na noite de domingo, Lula decretou intervenção na segurança pública do DF, fato que deu autoridade ao poder executivo de comandar a PMDF e a Força Nacional parabéns retirada dos golpistas dos prédios dos poderes públicos. Medidas seguintes tomadas no STF e Congresso Nacional (com votos contrários de deputados de extrema direita) garantiram afastamento do Governador Ibaneis Rocha do DF e encaminharam pedido de prisão de Anderson Torres.

Ao mesmo tempo, partidos de esquerda, movimentos sociais e centrais sindicais convocaram ampla mobilização de massas nas ruas no dia seguinte (09/01) à tentativa de golpe, às 18h em diversas cidades do Brasil. Nas horas seguintes, uma verdadeira rede de vigilância popular e democrática nas mídias digitais monitorou as ações golpistas previstas para a manhã seguinte, que envolviam sabotagem de refinarias e fechamento de vias. Isso permitiu que denúncias fossem feitas a governos locais e ao próprio governo federal. A mobilização de milhares no dia 09 de janeiro levantou a bandeira de punição a Bolsonaro e seus cúmplices. Por isso, o golpe foi derrotado.

**Ditadura nunca mais! Punição aos golpistas de ontem e hoje!**

Aqueles que tramam por um golpe querem uma Ditadura Militar no Brasil. Como sabemos o regime de 1964 fechou o congresso, caçou sindicatos e entidades estudantis, arrochou salários, assassinou e torturou milhares de brasileiros, alavancou a dívida externa em 3000% entre 1964 e 1984. Quem ousou exigir direitos sociais era considerado inimigo do país. O terrorismo visto no dia 08 de janeiro é parte da tradição do golpismo dos generais traidores da pátria no Brasil, ainda na ditadura com bombas em quartéis para culpar organizações de esquerda e já na redemocratização, como é de registro histórico o atentado no Rio Centro. Por isso, devemos fortalecer a luta pela prisão e confisco dos bens de todos os envolvidos na tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023 e imediata mudança no alto comando das forças armadas e estruturas de vigilância de Estado. Além disso, só derrotamos os fascistas em amplas mobilizações populares nas ruas no próximo período e organizando as lutas da classe trabalhadora. Mas é necessário lembrar que a anistia da reabertura democrática isentou os criminosos de Estado nas forças de segurança e fortalece a postura genocida de polícias país afora contra a população pobre e negra nas favelas e bairros pobres. É urgente a abertura dos arquivos da Ditadura e processos de prisão para torturadores e assassinos daquele período, para que não se esqueça para que nunca mais aconteça

**Mobilizar o povo trabalhador por suas pautas!**

No atual governo vemos os setores burgueses neoliberais terem hegemonia na condução de propostas e pressionar para que a classe trabalhadora não tenha avanços. Exemplo disso foram as declarações de membros do governo eleito, desconsiderando a reversão, mesmo que parcial, de reformas antipovo, como a Trabalhista e da Previdência.

No caso da educação, o grande capital do ensino privado pressiona para dar linha de aplicação do governo. Enquanto fascistas tramam golpismo, setores do mercado financeiro sabotam as iniciativas do Estado Brasileiro que coloquem recursos prioritários para os direitos sociais ou que fortaleçam o crescimento econômico interno. Caso da política de juros do Banco Central, hoje legalmente autônomo, mas, na prática, subordinado aos bancos e fundos de investimento.

Os juros altos são uma pequena peça no esquema de sequestro do orçamento, o Sistema da Dívida Pública brasileiro, que é denunciado pela campanha da Auditoria Cidadã (auditoriacidada.org.br). Em 2023, 49% dos gastos da União serão com juros e amortizações de uma dívida que foi contraída sem contrapartidas e sem debate com a população e que contêm diversas ilegalidades. Importante dado econômico é que R$1,7 trilhão estão imobilizados na chamada Conta Única do Tesouro, unicamente como forma de lastrear a Dívida Pública. Este recurso poderia, ao menos parcialmente, sustentar a política de valorização do salário-mínimo, que ainda espera um reajuste acima da inflação em 2023, conforme promessa da campanha do atual governo.

Vencemos uma batalha nas urnas, mas devemos nos organizar para derrotar os fascistas nas ruas, além de pressionar por nossas pautas e programa histórico. Não podemos terceirizar para as instituições do Estado burguês (STF, TSE, parlamento) a tarefa de enfrentar um inimigo que conta com forte poder econômico na sociedade. Para isso é fundamental que o conjunto do povo trabalhador, incluindo nossa categoria dos professores e professoras, se organize para a mobilização de massa nas ruas, para avançar nos nossos direitos, fortalecendo a ação da APEOESP. O MLC defende conjuntamente com o partido Unidade Popular um programa para superar a crise brasileira, algumas das principais propostas são:

• Auditoria da dívida pública;

• Revogação do Novo Ensino Médio

• Taxação das grandes fortunas;

• Reforma tributária que taxe os bilionários e isente a classe trabalhadora (piso de R$ 5mil no IR);

• Reestatização de setores estratégicos;

• Reforma Urbana e Agrária;

• Redução da Jornada de Trabalho e garantia emprego;

• Reversão das Reformas Trabalhista, Previdenciária, Teto de Gastos, Novo Ensino Médio e Arcabouço fiscal;

• Valorização dos serviços públicos com concursos e recomposição orçamentária.

• Aumento real de 100% do salário mínimo, acima da inflação. Visando o salário mínimo calculado pelo Departamento de Estudos Intersindicais (DIEESE)

**2.** **REVOGA NEM**

Proposto através de uma Medida Provisória pelo governo golpista de Michel Temer, o NEM é um pacote de maldades contra a juventude e os trabalhadores da educação. A implementação ficou por conta de Bolsonaro, inimigo declarado da educação pública, sem qualquer diálogo com a comunidade escolar. Seu foco é restringir o currículo, e abrir espaço para a lógica de uma educação ainda mais mercadológica, atendendo as demandas dos bilionários setores da educação privada.

A pandemia e a tragédia do funcionamento do MEC nos quatro anos de governo do fascista Bolsonaro (mudança de vários ministros, denúncias de corrupção com barras de ouro, interferências no ENEM, entre tantos outros absurdos) pioraram a situação. Cercearam ainda mais qualquer espaço de debate ou participação de profissionais da educação, estudantes, familiares e da própria sociedade na discussão da implementação.

A proposta, na verdade, precariza ainda mais a educação no nosso país restringindo o acesso a uma educação pública de qualidade. O NEM carrega a ideologia das classes dominantes, que possuem interesses em construir uma escola acrítica e mercadológica. Isso se evidencia nos principais interessados na implementação da reforma: os grandes tubarões de ensino, como a Fundação Lemann (de Jorge Lemann, o segundo maior bilionário do nosso país), Fundação Ayrton Senna, Estácio de Sá e Kroton. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), os recursos públicos podem ser investidos nas áreas privadas, abrindo caminho para a iniciativa privada e fortalecendo ainda mais a lógica da privatização.

As consequências são várias, dentre essas: 1) aumento da evasão escolar. Cerca de apenas 15% da juventude acima de 16 anos está na escola; 2) aumento da desigualdade social, pois não democratiza o saber notório; 3) precarização nas condições de trabalho dos professores.

Vale aprofundar o último ponto: os professores e professoras estão sendo obrigados a deixarem de lecionar as disciplinas em que foram graduados, para atribuir aulas dos Itinerários Formativos (IF), que muitas vezes não abordam os conteúdos orientados pelo currículo na graduação. Muitos professores da rede estão atribuindo apenas aulas de IF, pois houve a redução de carga horária das disciplinas da BNCC. Se cada IF tiver 2 aulas na semana, significa que o professor pode ter atribuídos 18 itinerários formativos. Ou seja, o educador precisa planejar, elaborar, formular e corrigir conteúdos muito diferentes. A conta não fecha.

Embora haja a suspensão da implementação do NEM, conquistado através da luta dos estudantes e trabalhadores da educação por meio dos grandes atos no primeiro semestre, não é o suficiente. *É necessária a imediata revogação!* O currículo deve ser elaborado pela comunidade escolar, professores e estudantes, para que esse sim esteja a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

Mas, para além da revogação do Novo Ensino Médio, é preciso aprofundar o debate sobre as questões econômicas do nosso país. A educação não deve ser tratada como moeda de troca, uma mercadoria, e sim como um investimento em busca da soberania nacional. Nesse sentido, é impossível a democratização do saber sem a destinação de recursos públicos voltados para a área da educação. Somente em 2022, foram pagos mais de R$1,879 trilhão para os donos dos títulos da dívida pública, a grande maioria bancos e especuladores, segundo a “Auditoria Cidadã da Dívida”. Sem dúvida, o povo viveria melhor se o dinheiro fosse investido em saúde, moradia, segurança e educação. É preciso acabar com a sangria do pagamento de juros e amortizações da dívida pública, a qual sugam 46,3% do orçamento brasileiro e não resolve os problemas básicos das área sociais. Enquanto isso, a educação recebe apenas 2,7%. Por isso, defender mais verbas para a educação e silenciar sobre o pagamento de juros aos banqueiros é pura demagogia.

A APEOESP precisa lutar por um orçamento que assegure investimentos nas áreas sociais. A lei dos 10% do PIB para a educação deve ser cumprida! *Para isso, a defesa da auditoria da dívida deve ser uma bandeira do sindicato.*

*A luta pela educação também é a luta contra o Arcabouço Fiscal*, um novo Teto de Gastos, que limita os investimentos sociais e garante imensos recursos financeiros para a elite gananciosa, exploradora e antidemocrática. Os gastos com saúde, educação, moradia popular e reforma agrária não podem, em hipótese nenhuma, ultrapassar o teto fixado entre 0,6% e 2,5% da despesa primária do ano anterior. Não queremos teto nos gastos, queremos mais investimentos! Elaborado pelos “sábios” dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento com a colaboração de vários representantes dos endinheirados, além de diversas consultas à Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), esse vergonhoso e humilhante Arcabouço Fiscal é mais uma evidência de que, sai governo, entra governo, e a grande burguesia, a classe que é dona dos meios de produção, dos bancos e da terra, segue mandando e desmandando no país. É necessário responsabilidade e coragem para acabar de vez com a farra dos ricos!

**3.** **CONJUNTURA ESTADUAL**

Concentrando a maior população do Brasil, o estado de São Paulo tem cerca de 44.420.459 habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma enorme massa de trabalhadores e trabalhadoras que fornece ao estado o título de uma das maiores economias do mundo, mas o estado não reflete todo esse valor em qualidade de vida e benefícios para sua grande população.

 A população sofre na pele todos os dias com a falta de investimento público no transporte pagando valores altos na passagem do transporte coletivo, que em sua maioria está sempre lotado nos horários que há mais demanda de locomoção para a ida e volta do trabalho, na educação com falta de vagas em creches e escolas, na saúde com hospitais e UPAs lotadas, farmácias sem medicamentos e demora no agendamento de exames/consultas, e mesmo sendo um estado tão rico, SP possui mais de 86 mil pessoas dormindo nas ruas, dentre elas idosos e crianças.

Sob o governo fascista de Tarcísio de Freitas (Republicanos), bolsonarista e aliado do inelegível ex-capitão, o então governador reproduz no estado a política da privatização, terceirização e sucateamento dos serviços públicos, inclusive, querendo liquidar para a iniciativa privada a educação pública, que mesmo com a falta de investimentos cumpre um papel fundamental para a formação dos brasileiros. Já está na mira de Tarcísio, a privatização da EMAE, CPTM e SABESP, empresas essenciais na vida cotidiana do trabalhador paulista. Além disso, também está na agenda de privatizações o Metrô.

Na prática, a privatização explora ainda mais os trabalhadores com cargas horárias excessivas, baixos salários, poucos ou quase nenhum direito trabalhista. Indicado por Tarcisio, Renato Feder assume a secretaria de educação do estado, um empresário privatista, que durante sua gestão no Paraná aumentou o número de escolas cívico-militares e possibilitou a privatização da gestão em ao menos 27 escolas. Vale lembrar que Feder foi cogitado para ser ministro da educação durante o governo Bolsonaro, demonstrando qual o caráter da gestão do atual governo.

Em novembro de 2022, completou-se 9 anos desde o último concurso público do Estado de São Paulo para contração de professores, o que temos hoje na rede estadual é a lógica da terceirização, colocando diversas categorias que separam os professores em efetivos, contratados, eventuais, etc. Dentro do quadro geral, 60% dos professores e professoras existentes na rede hoje fazem parte da chamada categoria “O”, ou seja, mais da metade são contratados e automaticamente estão na nova carreira definida pelo estado sem nenhum diálogo com a categoria, oferecendo uma carga horária exaustiva e praticamente nenhum direito.

A cada ano toda a categoria vem sofrendo mais com as condições do estado na atribuição de aulas, não possuindo estabilidade ou certeza se vai receber salário no mês seguinte caso não consiga atribuir a quantidade de aulas exigidas. Esse ano foi aberto o concurso com somente 15 mil vagas efetivas, tendo mais de 289 mil inscrições. Definitivamente, não contempla o déficit de vagas da rede que hoje são ocupadas pela categoria “O” (cerca de 100 mil), muito menos novos professores. Além deste novo concurso exigir coisas absurdas como a gravação de uma vídeo-aula que comprove a “capacidade” do professor.

Tarcísio, seguindo a mesma cartilha de Bolsonaro, representa um governo anti-povo, interessado em garantir as vontades da burguesia do estado. É necessário que o sindicato mobilize a categoria e se some às lutas por melhores condições de vida da classe trabalhadora no nosso estado. O diálogo com a comunidade escolar é fundamental para barrar esses retrocessos: realizar assembléias, participar das audiências públicas, construir os atos de rua *contra a privatização da EMAE, SABESP, CPTM e Metrô.*

Foi anunciado também, pelo governador, uma nova proposta para reforma administrativa. A justificativa é acabar com os privilégios dos cargos comissionados, mas o foco está na alteração do Estatuto do Servidor Público Estadual. Ou seja, irá mexer na gestão dos cargos públicos, podendo incluir revisão de cargos e salários, reestruturação e remanejamento pessoal. Como de regra, isso ainda não foi discutido com nenhum servidor efetivo e os sindicatos não estão inseridos nas discussões. É preciso muita atenção e combatividade do sindicato, mobilizado junto a categoria, para mais um enfrentamento contra a retirada de direitos dos servidores públicos estaduais.

**4. A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS**

 O acúmulo do trabalho reprodutivo com o trabalho produtivo capitalista marcou a necessidade da participação das mulheres na libertação da classe trabalhadora e fez com que a luta contra o capitalismo ganhasse mais força. É nesse momento de maior exploração da classe trabalhadora que tem origem o movimento feminista. Dentro do sistema capitalista a mulher passou a ter dupla (ou até mesmo tripla) jornada de trabalho. Hoje sua jornada de trabalho é 13% maior do que a dos homens e o salário ainda é 20% menor comparando mesmo com o perfil de escolaridade e categoria de ocupação.

Na sociedade de exploração do homem pelo homem, fica para a mulher as funções de cuidado, sendo notado inclusive nos postos de trabalho que ocupam. Não é atoa que as categorias de educação e saúde são compostas majoritariamente por mulheres, vejamos a educação básica brasileira que é composta 80% por professoras.

**As mulheres nas instâncias sindicais**

O aumento da participação da mulher no trabalho também resultou no aumento da participação da mulher nas lutas e nos espaços sindicais. Contudo, mesmo tendo aumentado a participação das mulheres no mercado de trabalho, as direções sindicais e as posições de tomada de decisões ainda têm a presença majoritariamente masculina.

Não causa mais estranhamento seções, grupos ou estudos que se debrucem sobre a presença das mulheres dentro dos sindicatos, porém a promoção das mulheres a posições de destaque e de tomada de decisões ainda é um ponto a ser construído.

É nessa contradição que se encontra a categoria que têm a maioria da sua força de trabalho composta por mulheres, porém as suas lideranças são majoritariamente homens. Isso indica que o espaço sindical ainda é um espaço machista e sem a presença das mulheres em posições de decisão.

A igualdade das condições materiais do trabalho de homens e mulheres passa, também pela direção das mulheres nos rumos da luta, porém, no espaço sindical, ainda é colocado às mulheres apenas tarefas menores ou mecânicas. Mesmo as mulheres estando na linha de frente contra as opressões do sistema capitalista, a organização das mulheres e mães trabalhadoras fica no campo das ideias e na prática, caso busquem se organizar, precisam aceitar a sobrecarga de mais uma jornada de tarefas.

 A formulação das mulheres nos rumos da luta tem sido fundamental para o avanço da classe trabalhadora. Por isso, não é possível mais pensar na direção sindical de um dos maiores sindicatos da América Latina onde não haja paridade entre mulheres e homens na direção executiva, na diretoria colegiada e também nos conselhos das subsedes. A participação sindical das mulheres organizadas dentro das subsedes precisa ser uma realidade concreta, *é necessário implementar coletivos de mulheres em todas as regiões e criar as condições para as mulheres mães trabalhadoras se organizarem,* ter atividades de formação não apenas de fortalecimento das mulheres, mas contra o machismo presente nesses espaços.

É preciso realizar o enfrentamento e o desligamento de dirigentes sindicais que ataquem mulheres, que são contra a presença de mulheres nos espaços sindicais de direção. Secundarizar o papel da mulher nos processos de mudanças sociais é colocar em risco a luta pela emancipação da classe trabalhadora.

**A pauta das professoras**

A maior parte da categoria a nível nacional é composta por mulheres. Neste sentido as contradições gerais do machismo na sociedade se expressam de forma específica em nossa categoria.

Devemos avançar na luta por mais vagas nas creches próximas aos locais de trabalho, para que as mulheres tenham redução do impacto em sua tripla jornada laboral. O combate a violência física, verbal ou psicológica deve estar na ordem do dia, fortalecendo espaços de acolhimento de denúncia destas questões nas subsedes, como ouvidorias ou setores de amparo psicossocial.

O Movimento Luta de Classes luta nos ambientes de trabalho, ao lado do Movimento de Mulheres Olga Benario, pelo fim da violência contra as mulheres.

**5. A LUTA DA CATEGORIA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Não é difícil entrar numa sala de professores e ouvir, pelo menos em algum momento, que a situação de trabalho está cada dia mais difícil. As condições em que os professores do estado de São Paulo trabalham estão muito aquém da tarefa cotidiana que esses profissionais exercem.

Foram quase 30 anos que o estado paulista pena na mão da gestão do PSDB e as consequências disso são: falta de concursos, números absurdos de licenças por transtornos psicológicos, redução de docentes e desvalorização da profissão. Com a aprovação da reforma administrativa e o novo plano de carreira, perdemos direitos importantes conquistados através de muita luta da categoria, como falta aula e abonadas, e hoje temos menos dias para licença médica, apenas 2 horas para passar em consulta médica computando também o translado, aumento da jornada de trabalho dentro as escolas. A perspectiva é que, no atual governo, as condições de trabalho piorem se não houver união e luta da categoria.

Completou-se 9 anos sem concurso público para os professores da rede estadual, o resultado é a maioria dos profissionais exercendo sua profissão por meio de contrato que se encerra a cada 3 anos e não possuem os mesmo direitos que os profissionais concursados, gerando uma divisão na categoria. Esses professores temporários, por muitas vezes, atribuem aulas em mais de uma escola para completar a carga horária, dificultando a organização profissional e pessoal do educador. Além disso, esses professores não possuem acesso ao IAMSPE.

Só entre janeiro e outubro de 2019, foram 27 mil professores afastados por transtornos mentais e comportamentais. Não seria diferente já que as salas de aulas são abarrotadas de alunos, os salários são baixos e há sobrecarga das horas trabalhadas.

Estima-se que além da carga horária dentro da sala de aula o professor dedica 13 horas de suas semanas para terminar seus serviços. Apesar de dedicar boa parte do seu tempo criando e formulando maneiras para que o conhecimento chegue até os alunos, não há a devida valorização. Quando se fala da progressão da carreira e do salário do professor, a situação é crítica.

Há uma divisão de níveis para o valor dos vencimentos. De acordo com dados da Secretaria Estadual de Educação, mais de 110 mil professores encontram-se nos primeiros níveis de carreira e na última etapa, apenas 200.

Anteriormente, a passagem de um nível inferior para superior, se dava através do tempo de trabalho, das faltas e titulação em nível superior. Agora, a proposta da “Nova Carreira” quer condicionar o desenvolvimento a diversas atividades meritocráticas.

O resultado dessa dificuldade é que a grande maioria dos professores que possuem carga horária de 40h, recebem um salário base de R$4 mil, enquanto o salário mínimo deveria ser R$6,5 mil, segundo cálculo do DIEESE. O governo atual anunciou o pagamento do piso nacional do magistério, mas a verdade é que o pagamento dos professores está sendo incorporado no salário e sim como uma espécie de gratificação. Isso significa que nos vencimentos, não acrescenta os valores de quinquênios, sexta parte e evoluções, e muito menos será acrescido na aposentadoria.

A educação foi declarada como inimiga número um daqueles que querem manter os seus privilégios. Nos últimos 4 anos, Bolsonaro e seus cúmplices fascistas, destruíram a educação em nosso país, cortando verba e sucateando os serviços. Inspirados nos planos do fascista para nosso país, Tarcísio e Feder, planejam entregar a educação pública do Estado de São Paulo para iniciativa privada aumentando ainda mais a exploração dos professores.

Devemos transformar as nossas escolas em trincheiras de luta e união contra o governo Tarcísio, contra o fascismo e em defesa de uma educação transformadora e de qualidade! Nós, do Movimento Luta de Classes defendemos:

* Revogação do Novo Plano de Carreira. O plano de carreira deve ser construído junto aos professores;
* Redução para 25 alunos por sala;
* Pagamento do piso nacional do magistério, incorporado no salário real e não por subsídio;
* Cumprimento de ⅔ de horas trabalhadas em sala de aula e ⅓ para preparação das aulas em local de livre escolha;
* Concurso público para 100 mil vagas, que supra todo o déficit da categoria
* Trabalhos iguais, direitos iguais. Valorização do professor categoria V e O.
* Fim das diversas categorias dentro dos cargos de professores

**6. ESTATUTO**

**CAPÍTULO II**

**DO QUADRO SOCIAL: DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS E REGIME DISCIPLINAR**

**Art.8º**:

§ 4º - Caso o professor ou especialista em educação venha a perder, involuntariamente, o vínculo com as redes estadual e municipais de ensino do Estado de São Paulo, poderá continuar associado por um período de até 24 meses.

**Art.12** - São direitos dos associados:

d) ser votado:

1. Nas eleições gerais desde que seja professor habilitado ou aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura, que esteja vinculado à Rede, professor ou especialista que tenha perdido involuntariamente, o vínculo com as redes estadual e municipais de ensino do Estado de São Paulo, por um período de até 12 meses anteriores à data da eleição, ou aposentado da Rede Pública, quando tiver no mínimo 3 (três) meses de associação;

2. Nas eleições de subsedes e regionais, quando tiver no mínimo 3 (três) meses de associação;

**CAPÍTULO III**

**DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS**

**Art. 14** - A reunião regional bimestral de Representantes de Escola e de Representantes de Aposentados, ora denominada simplesmente Reunião de Representantes, é aberta a todos os professores com direito à voz. Apenas os representantes eleitos por escola e entre os aposentados, além dos membros dos Conselhos Regionais de Representantes e do Conselho Estadual de Representantes da região têm direito a voto.

**CAPÍTULO IV**

**DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS**

**Art. 26** - A Diretoria Estadual Colegiada será composta pelo critério da proporcionalidade, de acordo com os votos obtidos por cada chapa na eleição, atendidas as seguintes condições:

§ 1º- a Diretoria Estadual Colegiada da “APEOESP- Sindicato Estadual”:

a) será composta, quando houver duas chapas concorrendo ao pleito, por aquelas que obtiverem, no mínimo, 10 % (dez por cento) dos votos.

b) será composta, quando houver mais do que duas chapas concorrendo ao pleito, por aquelas que obtiverem, no mínimo, 5 % (cinco por cento) dos votos.

c) contará com a participação de chapas minoritárias, quando houver mais de duas chapas, somente se a soma dos votos das chapas minoritárias atingir, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos votos.

d) será composta, no caso de haver chapa única concorrendo ao pleito, sem que haja necessidade de obtenção de qualquer percentual mínimo de votos necessários para composição da diretoria.

**CAPÍTULO V**

**DAS ELEIÇÕES**

**Art. 54** - A Comissão Eleitoral deverá solicitar a cessão ao TRE-SP, no mínimo 1600 urnas eletrônicas, com, ao menos, 60 dias antes da realização da eleição. Caso o juiz negue a cessão, então a comissão eleitoral expedirá normas especificando modelos de cédulas e atas eleitorais e condições de apuração dos votos por meio eletrônico que evite o acontecimento de fraudes.

Parágrafo único - O Conselho Estadual de Representantes determinará quais escolas terão urnas eletrônicas, se não for possível o CER determinará, a cada eleição, se as urnas serão fixas e/ou volantes.